

# Ecodesenvolvimento e ecodecisão em destinações turísticas:

Um estudo exploratório sobre o programa Agenda Blumenau 21<sup>1</sup>

*Oklinger Mantovaneli Júnior e Cleiton Bruno Haskel*

## RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa exploratória sobre uma experiência brasileira pioneira na elaboração de agendas 21 locais, qual seja o município de Blumenau-SC, ocorrido entre 1997 e 2000. Como Blumenau é uma destinação turística, ao longo das análises procurou-se ressaltar o que uma adjetivação como esta permite argüir no entrelaçamento dos debates sobre Agenda 21 e a gestão sustentável do desenvolvimento turístico. Assim, as pesquisas partiram de cinco objetivos que exploraram a contextualização da experiência, a caracterização de seu processo decisório, a descrição da sub-agenda turística tecendo, por fim as primeiras avaliações sobre a experiência. Em linhas gerais, a abordagem decisória caracterizou-se mais pela elaboração formal de um documento do que propriamente pelo fomento ao aspecto formativo para uma cidadania que expresse os ideais da sustentabilidade, como a preconizada nos resultados da Rio 92. Da sub-agenda turística constatou-se um geral desconhecimento dos atores convidados sobre o que seria uma Agenda 21. Pelo descompromisso dos participantes e dificuldades processuais e decisórias enfrentadas pelos gestores a agenda 21 de Blumenau não traduz a perspectiva de uma destinação turística sustentável. A FAEMA teve dificuldades em contornar administrativamente os limites que se faziam presentes. Conclui-se que o projeto Agenda Blumenau 21, embora tenha enfrentado uma diversidade de limites conceituais, políticos e administrativos, ainda assim representou iniciativa pioneira, cujas dificuldades se assemelham às de outras experiências posteriores correlatas. No mínimo, sua realização permitiu o amadurecimento dos gestores responsáveis sobre dois aspectos. Primeiro o significado de uma experiência deste tipo, e conseqüentemente em segundo o entendimento de que uma agenda de desenvolvimento com objetivos de profunda e continuada transformação deve ser pensada e conduzida como um projeto em constante amadurecimento e reestruturação, portanto inacabável. Do ponto de vista científico a experiência blumenauense contribui para o debate sobre gestão do desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas de planejamento e constituição de arenas e agendas políticas sustentáveis. Contribui também para o debate sobre a gestão do desenvolvimento sustentável em destinações turísticas, e a necessidade da percepção do fenômeno turístico como expressivo de uma agenda multicêntrica, e por conseguinte demandante de múltiplas arenas.

# Ecodesenvolvimento y ecodecisión en destinos turísticos:

## Un estudio exploratório del programa Agenda Blumenau 21

*Oklinger Mantovaneli Júnior e Cleiton Bruno Haskel*

### *RESUMEN*

Este artículo es resultado de la investigación exploratoria sobre una experiencia brasileña pionera en la elaboración de la agendas 21 a nivel local, en la ciudad de Blumenau-Blumenau-SC, que se dió entre 1997 y 2000. Blumenau es un destino turístico, que promueve la gerencia sostenible del desarrollo turístico, la investigación señala cinco objetivos: contextualización de la experiencia, la caracterización de su energía de decidir al proceso, la descripción de la secundario-agenda turística, las primeras evaluaciones en la experiencia en relación con la promoción al aspecto formativo para una ciudadanía que expresa los ideales del sustentabilidad.

De la agenda turística resulta la necesidad de decidir sobre las dificultades hechas por los encargados de Blumenau frente a la agenda 21 que no traduce la perspectiva de un destino turístico sostenible sino que frente a una diversidad administrativa de límites conceptuales, políticos, se asemeja a los objetivos de transformación continuada. Desde el punto de vista científico la experiencia del blumenauen contribuye a la discusión sobre la gerencia del desarrollo sostenible por medio de iniciativas del planeamiento y de la constitución de los recintos para las políticas sostenibles. También contribuye para el discusión sobre la gerencia del desarrollo sostenible en destinos turísticos, y la necesidad de la opinión del fenómeno turístico como expresivo, multicéntrico y demandado por instituciones u organismos múltiples.

## INTRODUÇÃO

Este estudo se desdobra de levantamentos exploratórios realizados pelo Núcleo de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB, onde se procurou identificar, no âmbito da região do Médio Vale do Itajaí, experiências que fossem emblemáticas sobre a temática do desenvolvimento sustentável (KRAMBECK e MANTOVANELI JR, 2003). Do rol de experiências identificadas, formou-se a compreensão de que seria interessante aprofundar os estudos exploratórios sobre a experiência da Agenda 21 desenvolvida no município de Blumenau em fins da década de 90 e início do novo século. Sem dúvida um momento emblemático para tal iniciativa. Esta seqüência, portanto, ao que já vinha sendo pesquisado, agregou, no âmbito dos trabalhos em desenvolvimento no NPP uma diferenciação no objeto em foco, que foi o fato de se procurar compreender e descrever tal experiência, ambientando-a enquanto processo de formulação de política de desenvolvimento e tomada de decisão, bem como um olhar sobre a cidade de Blumenau como destinação turística. Este artigo conta com a seguinte estrutura. Inicialmente são apontadas algumas premissas ou hipóteses que moveram seus autores seguido do ordenamento científico metodológico adotado. Apresenta-se o contexto em que a experiência se desenvolveu. Procede-se a descrição da abordagem decisória adotada, correlações entre estas e sua aplicação em destinações turísticas, a sustentabilidade política e administrativa em agendas 21 em geral e neste tipo de destinação e as considerações analíticas finais propiciadas por este referencial.

Na cidade de Blumenau as discussões vieram à tona em 1997 quando pela primeira vez um partido à esquerda do leque histórica e hegemonicamente no poder assume o governo municipal. Entre os novos gestores estava um grupo que levantou a hipótese de construir a Agenda 21 de Blumenau. Este grupo passou a fomentar as discussões dentro do próprio governo e posteriormente junto a sociedade civil. Todo o processo de formulação da Agenda durou

*Oklinger Mantovaneli  
Júnior*

*Doutor em Sociologia*

*oklinger@furb.br*

---

*Cleiton Bruno Haskel*

*Cientista Social*

*cleiton.haskel@terra.com.br*

três anos, entre 1997 e 2000, ano de sua publicação. A experiência tece um primeiro momento de discussões que buscam a transformações sociais e ambientais no município, objetivando estender a experiência como modelo para a região do Vale do Itajaí.

O fato de tal iniciativa vir a coincidir com um governo então visto como progressista, por defender um estilo de gestão onde a participação direta dos cidadãos parecia ser uma das prioridades, leva também a concluir, ainda que preliminarmente, que, as questões ambientais também seriam uma bandeira desta mesma esquerda que assumia. Ao lado desta hipótese, tem-se o fato de Blumenau se ver como destinação turística e efetivamente ser buscada por visitantes ao longo do ano todo, destacando-se o turismo de eventos e sobretudo as festividades regionais catarinenses do mês de outubro. Parte-se portanto da hipótese exploratória de que o fato de constituir-se uma destinação turística pode ter gerado alguma singularidade processual ou no conteúdo das políticas listadas pela Agenda 21 blumenauense, que pudesse ser significativa para as reflexões acerca do tema. Algumas observações acerca destas hipóteses serão exploradas ao longo deste artigo.

Este artigo é o primeiro e inédito, ainda que exploratório, esforço de resgate do processo de formulação da Agenda Blumenau 21, tecendo avaliações preliminares e apontando as principais dificuldades e conquistas da experiência. Procura apontar possíveis caminhos para uma eventual retomada das discussões e pontos em que a experiência encontrou entraves, que dificultaram a plena conquista do objetivo lançado para a quebra do paradigma do desenvolvimento.

## *MATERIAL E MÉTODOS*

Os dados que serviram de subsídio ao artigo foram sistematizados a partir de uma pesquisa exploratória e descritiva sobre o processo de formulação da política pública “Agenda Blumenau 21”, sob uma perspectiva diacrônica com corte longitudinal entre os anos 1997 e 2000, e um recorte complementar delimitado no ano 2004 considerando as perspectivas mais recentes de alguns atores sobre o processo em estudo. Procurou-se *contextualizar a experiência; caracterizar a abordagem decisória utilizada sob as perspectivas racional e extra-racional; identificar e descrever a agenda relacionada com as prioridades para o ecodesenvolvimento turístico do município; identificar sob o ponto de vista processual os elementos de sustentabilidade política e administrativa que a experiência oferece; tecer avaliações exploratórias sobre o processo de tomada de decisão no projeto Agenda Blumenau21, no que tange às prioridades turísticas ali elencadas.*

Tomou-se como universo de pesquisa, os participantes diretos da iniciativa em Blumenau-SC, e dentre estes foi definida uma amostra intencional de sujeitos com os quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, complementadas por observações e levantamento documental complementar. Tal universo considerado foi de difícil precisão, pois, além dos quadros técnicos da FAEMA, a informação obtida foi de que todos os segmentos representativos do município foram convidados a participar (Universidade, Associações de Moradores, ONGs, escolas, sindicatos, empresários etc). No entanto poucos foram aqueles setores que efetivamente se fizeram presentes ao longo de todo o processo. De qualquer modo, o universo considerado oscilou em torno de cinquenta atores que, segundo as entrevistas foi o número de presentes no primeiro encontro para a formulação da Agenda Blumenau 21. Assim, a amostra intencional se concretizou em um número de 11 (onze) atores tomados como unidades de análise, sendo que destes foram extraídas 05 entrevistas semi-estruturadas. Seis atores foram contatados em diversos momentos, pessoalmente, por e-mail ou por telefone. Dentre estes foram contatados

todos os secretários municipais de turismo do período compreendido entre 1997 e 2000. Buscou-se, entre os entrevistados e suas entidades informações documentais sobre as quais o acesso foi absolutamente restrito e em geral nulo, sob a alegação de que, nenhum documento da época havia sido guardado. Isso se verificou, por exemplo, com as atas das reuniões de formulação da Agenda Blumenau 21, as cartas convite, as listagens de presença etc, porém isto não foi possível, uma vez que tal documentação, que deveria estar em poder da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA – não foi localizada pelos seus funcionários, ainda que a pedido da presidência. Não se sabe se as mesmas se encontram perdidas entre os arquivos ou se não existem mais. O que torna ainda mais significativo o esforço deste trabalho, no sentido de se resgatar parte desta memória. Por fim, foi efetuado levantamento bibliográfico, e diversos esclarecimentos teóricos significativos se deram no âmbito das reuniões do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NPP) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FURB, no espaço denominado Laboratório de Gestão em Organizações que Promovem o Ecodesenvolvimento – LaGOE. As informações qualitativamente levantadas foram prioritariamente ordenadas, descritas e preliminarmente analisadas, por análise de conteúdo (CHIZZOTTI, 1991) onde se buscou trazer à luz os conteúdos explícitos e implícitos das mensagens. As análises foram complementadas por análise documental (CHIZZOTTI, 1991, p. 98), dos poucos documentos encontrados, e as sistematizações foram confirmadas pela técnica da triangulação (TRIVIÑOS, 1987, p. 138), quando, na medida do possível os informantes eram novamente consultados para confirmar dados e premissas.

*CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA  
AGENDA BLUMENAU 21*

De Estocolmo, na Suécia em 1972 ao Rio de Janeiro, Brasil em 1992, com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92 ou Rio 92) a agenda mundial do desenvolvimento passou a ser questionada e tencionada por um conjunto de demandas que passaram a ser progressivamente hegemônicas em nível planetário. Os governos e as empresas começaram a ser socialmente questionados com maior intensidade face à esta transformação qualitativa. A década de 90 foi portanto um marco nesta trajetória. Embora pareça paradoxal, que na década do neo-liberalismo no mundo tal fenômeno tenha ocorrido. Talvez seja justamente por esta razão que em 1987 o Relatório Brundtland, documento preparatório para a Rio-92, tenha apresentado o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o qual foi apropriado, no contexto liberal, por uma diversidade de projetos distintos de sociedade, ganhando matizes ideológicas das mais diversas e contraditórias face ao que o relatório afirmava ser prioritário no mundo. Projetos estes que traduzem ora iniciativas de sofisticação do discurso e das práticas diversas de exploração (economicista ou não) da natureza pelo homem (reciclagem, reflorestamento, ISOs etc) e do homem pelo homem (reestruturação produtiva, responsabilidade social empresarial, ética na política, economia solidária etc). Esta década, portanto, consolida um novo conceito de desenvolvimento com velhas e renovadas contradições. A apropriação deste conceito pela sociedade civil, em seus múltiplos e antagônicos projetos de mundo, ao mesmo tempo o fragiliza inaugurando um segundo debate. Traz ao centro da questão os desafios éticos, políticos e administrativos.

De qualquer modo, a Rio 92 foi um marco colocando 175 países para discutir o futuro de si próprios e dos ecossistemas que sustentam a vida no planeta apresentando a cada ano uma multiplicidade de encontros e rodadas de negociação internacionais. Países diversos em diversas conferências e fóruns distintos passam a negociar interesses relacionados aos seus projetos direta ou indiretamente, sob o questionamento das questões ambientais planetárias.

Isso percebe-se no âmbito das prioridades do Banco mundial (BORGES, 2003), do fórum de DAVOS e na própria criação do Fórum social mundial (MAIA e CASTRO, 2004) e outros organismos de pactuação civil ou governamental.

Paralela e por vezes subsidiariamente a comunidade científica mundial realiza estudos, discussões e deliberações que apontam para uma agenda social e ambiental capaz de dar conta dos desafios oriundos das transformações que o homem promoveu em escala planetária, e que se aprofundaram ao longo do século XX, cuja negatividade, preocupações e riscos são amplamente descritos em múltiplos e constantemente renovados e atualizados relatórios, que antecederam e sucederam ao “Nosso Futuro Comum”. A Eco92 trouxe diversos temas e, ao seu final, foi elaborado um documento que ficou conhecido como Agenda 21 (NOVAES, 2000). Ela tinha esse nome por ser uma agenda de ações que deveriam ser concluídas para o século que estava por vir e sobre o qual hoje já avançamos. Essas ações estavam baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável, almejando provocar modificações na estrutura econômica, social e ambiental.

Em 1997, cinco anos após a Rio-92, aconteceu em Kyoto no Japão, a Rio+5, esta reunião iria avaliar os resultados alcançados pelos países nos acordos firmados em 1992, na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (NOVAES, 2000; CAMARGO, CAPOBIANCO, OLIVEIRA e PUPPIM, 2002). Uma das premissas do acordo da Eco-92 era a construção de Agendas 21 locais, e os encontros preparatórios para a Rio+5 mostravam que Brasil estava atrasado e pouco tinha avançado na construção de suas Agendas 21 locais. O governo federal incentiva, então, sem a devida e necessária maturação, a construção das agendas municipais a “toque de caixa”. Se na academia pouco ainda se discutiu sobre o que significaria em termos gerenciais conceber, desenvolver e implementar uma agenda política tão supostamente transformadora e revolucionária, que dirá de iniciativas apressadas, em um contexto onde

a própria perspectiva do planejamento vivia uma profunda crise. O que significaria reunir um grupo de técnicos para deliberar sobre assuntos de interesse de toda a sociedade, contrariando a essência da Agenda 21, que era ser um documento democrático e participativo, onde a representatividade da sociedade civil e de setores governamentais tivesse um peso considerável<sup>2</sup>? A experiência blumenausense permite também algumas observações a este respeito contribuindo para o debate sobre gestão sustentável, proposto em Mantovaneli Jr. (2001).

Em Blumenau a idéia de se construir uma “Agenda 21” surgiu com a entrada do Partido dos Trabalhadores na prefeitura municipal, após as eleições de 1996. Neste governo a presidência da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAEMA – ficou a cargo do Dr. Luis Fernando Merico, cuja trajetória esteve sempre envolvida com movimentos ambientalistas, tendo participado, inclusive, da Rio-92. Ele trouxe consigo a idéia da Agenda 21 a qual foi debatida com a equipe da FAEMA e tomou-se a decisão de tentar construir a Agenda 21 de Blumenau, mas embora a equipe da FAEMA fosse competente e motivada, não foram poucas as dificuldades de cunho político, estratégico, organizacional, e mesmo de concepção do que seria uma agenda 21 que apresentaram-se como percalços à sua elaboração. Apresentado ao governo municipal, em um primeiro momento recebe apoio, mas o cotidiano da cidade e a agenda real da prefeitura efetivamente secundariza esta e outras iniciativas. As prioridades de cada secretaria, seu planos individualizados e pouco conectados, as dinâmicas dos Conselhos Municipais e o próprio Orçamento Participativo do Município desviam as atenções.

A mensuração do prestígio que uma política goza em um governo, passa necessariamente pela presença das principais lideranças municipais, e sobretudo pelo prefeito e seu staff. Quando a arena de elaboração desta política ganha centralidade em todos os campos de governo, efetivamente a

agenda emergente a partir da mesma ganha status de prioridade fundamental de governo. Entretanto chegar a este grau de priorização administrativa é sempre um desafio político. São raras as experiências que conseguem se aproximar desta perspectiva, ou mesmo tê-la como um horizonte real. É muito comum que as localidades se percam em agendas pragmáticas, imediatistas ou particulares e eleitoreiras.

Nas reuniões de formulação da Agenda quem representava o governo era o próprio presidente da FAEMA. As entrevistas realizadas demonstraram algumas particularidades a este respeito, e chamou a atenção o fato do prefeito municipal não ter participado de nenhuma reunião, e nem ter havido participação de nenhum secretário municipal, demonstrando uma fragilidade genética no projeto renunciando dificuldades para sua realização.

De certa forma, toma-se como hipótese a seguinte afirmativa: apesar de as primeiras Agendas 21 construídas no Brasil serem projetos de governos ditos de esquerda ou progressistas, pelo que poderia representar a proposta, a Agenda 21 nunca foi parte das cartilhas de governo da maioria, senão totalidade dos partidos brasileiros (MANTOVANELI JR., 2001), implicando, assim, que valeria a pena desenvolver estudos para se compreender em que medida os projetos brasileiros de Agenda 21, desenvolvidos na década de 90 eram atitudes isoladas de alguns membros partidários ou verdadeiros programas de governo. Em Blumenau tudo indica que foi uma iniciativa salutar mas isolada, que enfrentou dificuldades para se formalizar como arena privilegiada de efetiva vontade governamental no debate e implementação das ações ali criadas. A vontade política de iniciar a construção de uma cidade sustentável partiu de um grupo isolado do governo municipal. E o estandarte formal daquele governo era a democratização e não a sustentabilidade.

### **Abordagem decisória**

A experiência aconteceu entre 1997 e 2000, quando o documento final foi publicado. O ponto de partida foi a convocação dos atores. É feita, então, uma lista com o nome de várias associações, universidades, organizações não governamentais, sindicatos, setor privado e setor público. A mobilização e sensibilização é centrada em uma carta explicando no que consistia uma Agenda 21. E para as organizações que eram consideradas mais relevantes, ou seja, de maior importância para o processo, foi feita uma visita pessoal na intenção de garantir a presença destas. Para aquelas que não compareceram, foi feito novo convite para que participassem das próximas reuniões, de modo que a participação de todos os setores da sociedade e do governo fosse considerável no processo de tomada de decisão.

Ao longo deste período a formulação da Agenda se deu por meio de uma abordagem que incorporou três grandes momentos. O primeiro deles realizado entre 1997 e 1998 foi denominado “seminários temáticos da Agenda Blumenau 21”. Em virtude do modo como se deu este primeiro momento foram incorporados outros dois momentos, quais sejam, a busca de informações em duas outras arenas denominadas: A) “Blumenau Vitrine Nacional” que se dava no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do município; e B) informações pontuais produzidas em diversos outros Conselhos Municipais, como o da Saúde, Assistência Social, Educação e Meio Ambiente.

Segundo um dos entrevistados,<sup>3</sup> foram realizados nove seminários temáticos. Cada um deles contou com a seguinte dinâmica: em primeiro lugar um técnico da prefeitura apresentava um diagnóstico sobre a situação da temática em questão no município de Blumenau. Em seguida o tema era abordado por um especialista no assunto, convidado para expor sua visão. Posteriormente

aconteciam as discussões com os representantes da comunidade ali presentes, em grande plenária.

Antes do início das plenárias algumas pessoas eram indicadas a anotarem os resultados das discussões e propostas levantadas pelos participantes. Findados todos os seminários fez-se um levantamento das anotações e, a partir destas, adicionadas das informações complementares advindas dos Conselhos Municipais, foi construída a Agenda 21 do município de Blumenau.

Não são poucos os autores e relatórios em que recomenda-se, que a concepção de processos voltados à criação de localidade sustentáveis esteja baseada na participação e na qualificação política. De modo mais detalhado, as premissas que parametrizaram a Agenda 21 Brasileira foram:

1. “ estabelecer uma abordagem multissetorial e sistêmica - com visão prospectiva, entre as dimensões econômica, social, ambiental e institucional;
2. promover a sustentabilidade progressiva e ampliada. A Agenda 21 apresenta essencialmente a construção de consensos e pontes, a partir da realidade atual, para o futuro desejado; não existem fórmulas mágicas e a sustentabilidade será resultado de uma transição, e não de uma transformação abrupta;
3. promover o planejamento estratégico participativo - a agenda 21 não pode ser um documento de governo, e sim um projeto de toda a sociedade brasileira, pois só assim serão forjados compromissos para sua implementação efetiva;
4. estabelecer o envolvimento constante dos atores no estabelecimento

de parcerias - o processo de construção e implantação da agenda deve sempre estar aberto à participação e envolvimento das pessoas, instituições e organizações da nossa sociedade;

5. entender que o processo é tão importante como o produto - os maiores ganhos virão das novas formas de cooperação e diálogo entre os atores sociais e da eficiência e eficácia dos resultados pretendidos;

6. estabelecer consensos e superar os entraves do atual processo de desenvolvimento - a construção da agenda demanda a mediação e a negociação como forma de se avançar sobre os conflitos e contradições dos processos, para que se lance luz sobre os grandes entraves que devem ser enfrentados, para caminharmos rumo a sustentabilidade é fundamental que as ações sejam pactuadas” (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2002, p. 25).

Em outras palavras a formulação de agendas 21 busca um ótimo participativo, sem o qual é impensável e inadmissível a busca da sustentabilidade. A movimentação do processo político decisório em Blumenau aponta para uma peculiaridade da dinâmica participativa. Tomando uma perspectiva onde a participação varia da lógica dirigida por pré-concepções ou sujeitos à lógica do compartilhamento de percepções, decisões e por conseguinte uma efetiva partilha do poder, os três momentos estruturantes dos seminários anteriormente descritos eram a tradução de uma atividade que, do ponto de vista participativo, poderia ser denominada por avaliação da realidade seguida de consulta (MANTOVANELI JR, 1994), portanto um encaminhamento decisório ainda distante de uma efetiva partilha do poder. O que não seria problemático, se ao mesmo tempo traduzisse, em uma arena efetivamente privilegiada, as possibilidades políticas da comunidade em questão ordenadas em uma perspectiva de progressiva superação de entraves a sustentabilidade.

Uma comparação preliminar e exploratória entre a experiência blumenauense e aspectos descritos na literatura sobre as experiências nacionais sugere a necessidade de ajustes. Embora a participação seja premissa importante, não é um conceito perfeito que exclua a necessidade de pomenores que qualifiquem e quantifiquem tais iniciativas. Participar não significa apenas convidar alguém para se envolver em um processo decisório, mas também conquista do espaço de decisão e dimensionamentos políticos infindáveis (DEMO, 1993). O que reforça os seis itens extraídos da proposta brasileira. Em se tratando de iniciativas que se proponham a rediscutir questões nevrálgicas da cultura política de um país, como as Agendas 21, a clareza de objetivos e a busca coerente e consistente podem ser objeto de amplos e complexos debates já que envolvem questões como a diminuição do abismo entre os dominantes e os dominados em nossa sociedade. Dessa forma, participar é reduzir as desigualdades. E esta é a proposta da Agenda 21: encontrar o equilíbrio entre os próprios seres humanos e entre seres humanos e meio ambiente.

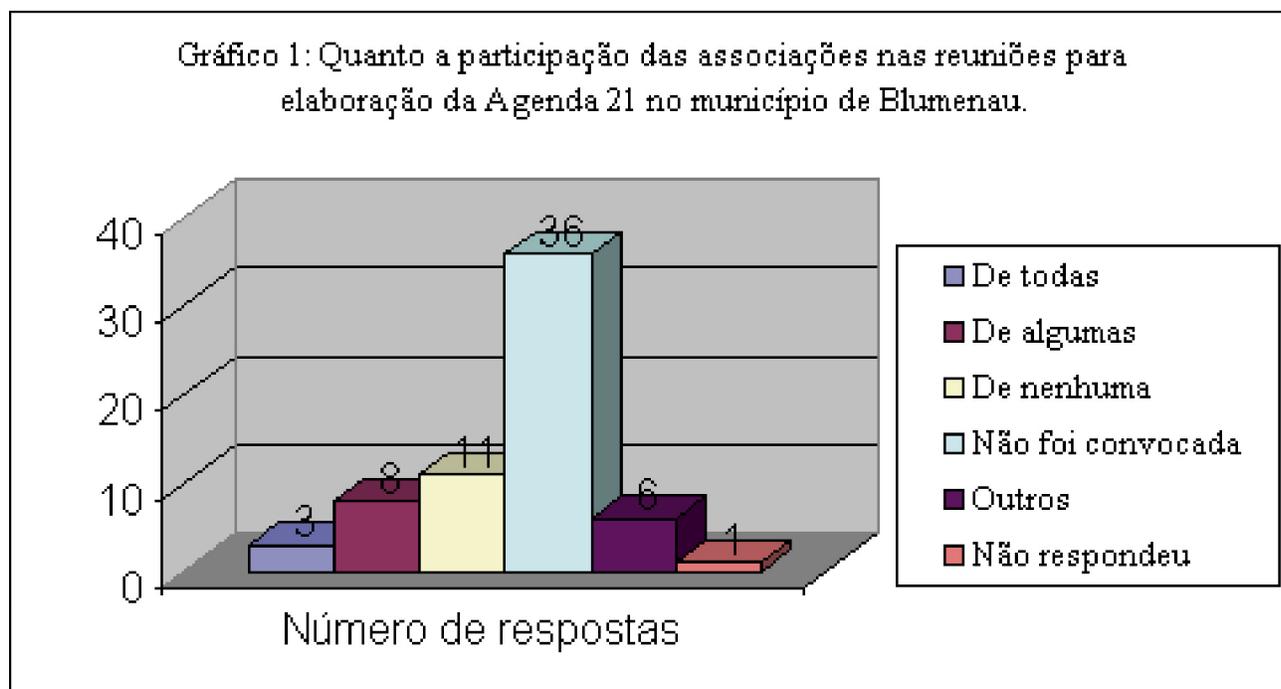
Entretanto, a forma como foi construído o texto final da Agenda Blumenau 21 cria a idéia de que os seminários temáticos tinham um caráter de consulta facultativa, onde o organizador do evento "... solicita, se quiser, críticas, dados e sugestões" (MANTOVANELLI JR., 1994) aos participantes. Neste sentido o governo municipal convocou a comunidade para auxiliar na construção de um plano de ações do governo. Uma vez que o texto final não foi construído nas reuniões, nem mesmo seu esboço. O que se tinha eram apenas anotações de tudo o que foi dito nas reuniões, e a partir dessas anotações somadas a informações coletadas nos Conselhos Municipais, técnicos da FAEMA construíram a Agenda 21 de Blumenau.

Uma dinâmica mais declaratória que vivencial (GUTIERRES e PRADO, 1999), e que portanto reduz a qualificação política por meio de uma dimensão formativa efetivamente assumida como fundamental para a busca do desenvolvimento sustentável no município.

As entrevistas e contatos realizados demonstraram pela decrescente presença da sociedade civil e dos atores governamentais, pouco interesse repercutindo no prestígio da arena em questão. As reuniões contaram, então, com a presença muito mais de técnicos e organizações que possuíam uma discussão prévia do assunto, como por exemplo a Associação Catarinense de Preservação da Natureza – ACAPRENA. Nas palavras do ex-presidente da FAEMA:<sup>4</sup>

“tivemos um público bem variado, bem amplo, muito interessante, nas primeiras reuniões. Aí, fomos definindo os temas, a metodologia, e tal, mas como não era um processo simplório, e não era fácil, era um negócio trabalhoso, e não se resolve em uma ou duas reuniões, é um processo de reuniões e discussões, e então com o tempo acabaram ficando entidades que tinham, de fato, vínculo com a área ambiental mais forte”.

Tal realidade pode ser confirmada em pesquisa realizada por Chaves (2004), onde a autora, ao analisar a participação das associações sociais de Blumenau demonstra que este setor da sociedade pouco participou ou mesmo foram convocadas. Conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Chaves (2004, p.155)

Tal pesquisa abre um questionamento às declarações de alguns entrevistados quando afirmaram que foram convocadas todas as entidades que se conseguiu catalogar, enquanto este quadro demonstra que grande parte das associações municipais não foi convocada. O que sugere um erro de catalogação ou uma defesa do esforço realizado. Muitas outras hipóteses poderiam ser consideradas. A mais plausível é que a pressa face às exigências da ONU pelos agendamentos, contribuiu para que não se conseguisse preparar a cidade e seu governo no sentido de amadurecer a idéia, e demonstrar à população que aquele era um espaço de participação que podia ser conquistado. E mais

ainda, da importância de conceber uma cidade sustentável, face aos benefícios que a construção de uma Agenda 21 poderia propiciar. Não apenas por sua construção, mas também sua prática, colocada no dia-a-dia da população. A perspectiva sistêmica e intersetorial foi secundarizada. Acredita-se também que as camadas da sociedade interessadas neste tipo de participação não viam na agenda 21 a constituição de um fórum politicamente privilegiado. Aquela não era a arena por onde prioritariamente passava ou passaria, ou deveria passar, no entendimento político dos atores em questão, o debate sobre o desenvolvimento do município.

Assim sendo, parece ser pertinente afirmar que faltou planejamento do planejamento, ou seja, um trabalho de auscultação e capacitação da sociedade deveria anteceder as reuniões e discussões do processo de tomada de decisão de uma Agenda 21. Guardada as devidas proporções o mesmo pode-se afirmar com relação aos atores governamentais.

Na verdade, não basta apenas fazer com que a comunidade participe. A participação desinteressada não contribui para que se efetue a transformação desejada. Em outras palavras, "... é mister entender ainda que participação não significa mecanicamente vontade de transformar. Em si, o conservador não precisa participar menos, quando se envolve de corpo e alma em prol do que imagina dever preservar" (DEMO, 1993).

Ainda sobre a abordagem decisória, diversos autores que trabalham a temática do conhecimento organizacional, dentre eles Nonaka e Takeuchi (2001) chamam a atenção para um aspecto conceitual significativo para ampliar qualquer processo de formulação de políticas. Para os autores, não se pode pensar em decisão sem discutir a racionalidade que a preside. E neste aspecto dois elementos são fundamentais, quais sejam a subdivisão entre a racionalidade propriamente, e a extra-racionalidade. A primeira comportando

as variantes formais, instrumentais, ou seja, conteúdos explícitos, factuais, transmissíveis e passíveis de padronização com os quais os decisores lidam e os quais, por vezes privilegiam. A segunda, comportando conteúdos de difícil mensuração, mas presentes no mundo do homem determinando modos e sentidos à sua vida. Sem dúvida uma discussão que resgata a tensão racional instrumental x substantiva presente em diversos autores como Weber, Guerreiro Ramos, Simon, Habbermas e outros.

Sob a perspectiva da tensão racional/extra-racionalidade, entende-se que os encaminhamentos decisórios foram prejudicados pelo problema de dimensionamento político e administrativo da arena blumenauense Agenda 21. Assim, o entendimento oferecido pelos dados levantados é de que acabou por se instituir um processo decisório que gerou uma cisão entre componentes racionais e extra-racionais, redundando em uma abordagem deslocada. Ou seja, se o homem traz estes elementos como indissociáveis na sua natureza, ou no seu modo de agir e viver, seria significativo que se buscasse tal indissociabilidade. No entanto, sobretudo o subdimensionamento participativo, a baixa perspectiva intersectorial da abordagem gerou um processo que não trouxe grande potencial de síntese das visões de mundo, interesses e demandas dos diversos atores. Diversidade esta progressivamente decrescente pelas mesmas razões, gerando um círculo vicioso político-depreciativo do processo decisório.

A título de exemplo, pode-se indagar em estudos futuros, porque a arena do Orçamento Participativo, que gozou de uma certa priorização governamental durante o período de elaboração da Agenda 21 Blumenau (BORBA, et. al., 2004; MANTOVANELI JR. e SOUZA, 2005), não foi uma instância parceira ou comum na construção da sustentabilidade municipal?

Em síntese, a Agenda 21 em Blumenau foi algo que o governo municipal iria realizar, e não aquilo que a comunidade iria passar a exercer para a melhoria e garantia da qualidade de vida da cidade, construindo uma cidade sustentável de fato. Entende-se que a Agenda 21 deveria ser o resultado final das ações da sociedade civil e do governo, pois se esses agentes caminham em direções opostas, a prática da Agenda 21 está fadada ao fracasso.

Talvez fosse interessante agora ao município de Blumenau, na aprendizagem com as dificuldades vividas pela equipe da FAEMA na primeira e desafiadora iniciativa, buscar ancorar a revisão da Agenda 21 na retomada das discussões fundamentada em um profundo e constante trabalho de conscientização em diversos espaços sócio-políticos. Quem sabe selecionando as principais e/ou estratégicas arenas políticas, tomando seus atores e legitimadores (stakeholders) como ponto de partida. A percepção plural das arenas para a agenda 21, constituindo redes sistêmicas e intersetoriais seria, ao mesmo tempo uma inovação, um desafio e um ganho qualitativo para uma efetiva agenda 21 municipal que caminhasse para uma consciência indissociavelmente regional e progressivamente nacional. Se quem deve levar adiante as iniciativas de elaboração de uma agenda 21 é o Estado (nacional ou subnacional), então a institucionalização de uma arena plural apresentaria uma sistemática mais capaz de responder aos desafios políticos e sociais do presente. A constituição de um Estado Rede, como o caminho sugerido por Castells (1998) mostra-se bastante pertinente.

### **Agenda 21 em destinações turísticas**

Doris Ruschmann (1997) afirma que nos últimos anos o aumento da procura por locais com recursos naturais favoráveis às práticas turísticas foi ocasionado pelas condições de vida dos grandes conglomerados urbanos, pela falta de “verde”, e pelos impactos psicológicos da urbanidade sobre o homem.

O turismo passou a ser, então, uma forma de conquistar o direito ao lazer. No entanto, este direito é questionável, uma vez que pode provocar efeitos ambientais e sociais negativos nas localidades receptoras.

Ainda segundo Ruschumann, os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, isso porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base. Para a autora o desenvolvimento do turismo sustentável deve considerar a:

“... gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivências e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambiental são mantidos através do tempo”.(Globe’90, 1990 apud Ruschumann, 1997).

O planejamento do turismo sustentável surge, assim, como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico. Para a autora são necessárias quatro características específicas para o desenvolvimento do turismo sustentável:

- Respeito ao meio ambiente natural;
- Harmonia entre cultura e os espaços sociais da comunidade receptora;
- Distribuição equitativa dos benefícios do turismo entre a comunidade receptora;
- Um turista mais responsável e atencioso, receptivo às questões de conservação ambiental, sensível às interações com as comunidades receptoras, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

Embora a autora não enfatize este aspecto, entende-se que ao se falar em planejamento para um turismo sustentável, sobretudo em destinações turísticas, locais e regionais, necessariamente fala-se de um conjunto de prioridades, posturas e direcionamentos que demonstrem convergência total com a agenda 21. Mais do que isso, conforme todo o debate anteriormente apresentado, ao se correlacionar as temáticas do turismo com a da agenda 21, surge um paradigma desafiador das práticas tradicionais de planejamento, onde a inovação via participação ou discurso estratégico gerencial ainda é pouca, face ao dimensionamento ético e político que se apresenta ante à busca da sustentabilidade.

No caso de Blumenau, por todas as dificuldades enfrentadas, o modo como sua Agenda 21 amadureceu, e mesmo a leitura dos tópicos elencados no seu relatório parece apresentar pouca preocupação com o tema do turismo, não demonstrando que seja este o tipo de turismo se quer construir na cidade. A dúvida reside no paradoxo clássico: um turismo sustentável, preocupado em preservar os valores culturais e ambientais, respeitando e garantindo o bem estar da comunidade receptora e oferecendo um diferencial qualitativo a quem visita, ou um turismo de massa, economicista e portanto inevitavelmente predador, que em nome da geração de emprego, sem dispor critérios para tanto, revela como objetivo apenas o lucro e não a qualidade de vida dos atores direta ou indiretamente envolvidos.

A Agenda 21 do município de Blumenau elencou onze pontos dedicados à questões específicas que envolvem o turismo. Não obstante, na análise dos mesmos não se percebe uma correspondência com os preceitos colocados por Ruschmann enquanto essenciais para a construção de um turismo sustentável. Isto, talvez, se deva ao fato de nenhum ator do setor turístico ter participado das reuniões. Após contato telefônico com todos os secretários de turismo dos anos entre 1997 e 2000, nenhum deles assumiu a participação

nas discussões de construção da Agenda Blumenau 21, sendo que pareciam desconhecer totalmente o que consistiria uma Agenda 21 bem como a possível correlação entre as temáticas.

Em contato com as entidades do ramo de turismo, que há vários anos promovem o turismo em Blumenau, Blumenau Convention e Visitors Bureau e Proeb, tal fenômeno se repetiu e o mesmo desconhecimento se apresentou. Causou estranhamento como aspectos específicos de uma área são discutidos sem que haja a participação, ainda que em nível tecnoburocrático, de atores responsáveis pela promoção e viabilização do turismo no município. Talvez o reaproveitamento de agendas de outras arenas justifique as onze prioridades descritas na Agenda Blumenau 21, abaixo descritas:

1. “Consolidar e ampliar feiras de eventos, rodas de negócios e missões empresariais;
2. Disseminar a noção de turismo como atividade econômica nas organizações sociais;
3. Implantação, nos currículos escolares, de temas sobre o turismo e realizar fóruns e seminários constantes nas redes escolares municipal, estadual e particular;
4. Identificar e cadastrar, por tipo e classe, todo o potencial turístico da cidade, levantando necessidades de investimentos e identificando fontes de recursos para financiamentos, divulgando local, nacional internacionalmente o potencial turístico, reforçando a marca “Blumenau”;
5. Implantação de sinalização turística ressaltando os principais pontos e atrações e adequar a infra-estrutura urbana para o turismo melhorando as condições de uso dos parques, praças e mirantes;
6. Restauração do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, reforçando as raízes culturais locais;

7. Elaborar programa integrado de ecoturismo e dos circuitos ecológicos, incluindo a montagem de infra-estrutura específica para este fim nos parques naturais;
8. Criação/fortalecimento de eventos: Festival de Teatro e Danças Folclóricas, Encontro Anual da Terceira Idade, Seminário Anual Fritz Muller (evento científico), e natal/páscoa em Blumenau;
9. Criação de novos museus: Museu do Cristal e Museu da Indústria Têxtil;
10. Consolidar a captação de eventos como propulsora do turismo da cidade;
11. Estimular a criação de novos empreendimentos turísticos em Blumenau.” (BLUMENAU, 2000)

Os onze itens identificados sugerem a necessidade de criar atrativos, porém a ausência dos atores estrategicamente reais e/ou potenciais no mínimo abre espaço para questionamentos como: os encaminhamento apontariam para uma dinâmica realmente sustentabilista? Traria componentes endógenos suficientemente amadurecidos? O que difere os onze pontos listados de uma agenda turística de massa e economicista?

Dentre as muitas dimensões possíveis, os tópicos acima contemplam as questões cultural, espacial e ambiental, por meio de temas como o patrimônio histórico, expressões artísticas, ecoturismo, infra-estrutura urbana. Porém parecem mais apontar, no máximo, para um ecologia de dividendos que para a sustentabilidade (GRANGE, 1977). Portanto hipóteses economicistas, utilitaristas e/ou ainda tecnocráticas parecem amparar tais prioridades, o que poderia ser analisado em estudos posteriores.

Estes pontos mais parecem querer fortalecer um setor que já há algum tempo está em defasagem no município, do que realmente querer construir um turismo efetivamente sustentável, mais e melhor planejado, equilibrado

e adequado à capacidade de carga (SACHS, 1986). Esta necessidade existe a partir do momento em que é preciso definir e alcançar objetivos, assim, as transformações ocorrem como resultado de decisões e propósitos e não apenas como resultados imediatistas para imprevistos ocasionados por circunstâncias fortuitas ou externas. Um dos maiores problemas do desenvolvimento turístico reside na sua falta de integração com outros programas sociais, econômicos e físicos das localidades. Por isso, acabam sendo empreendidos isoladamente e nem sempre atingem os objetivos propostos (RUSCHMANN, 1997). A gestão do turismo tem algo em comum com o desafio da construção de agendas 21. Ela não pode ser feita, senão ilusória ou compartimentadamente, por uma secretaria de modo isolado. Por ser temática multidisciplinar, depende de todo o contexto e estrutura administrativa. O secretário de turismo não existe senão como um articulador do desenvolvimento, um movimentador de lentes para todas as instâncias administrativas, um sensibilizador, um articulador de políticas que precisa gozar de prestígio ante todo o staff de governo. A agenda turística é resultado sobremaneira de um esforço de gestão estratégica intersetorial. Isso não aconteceu na gestão do PT em Blumenau, e talvez ajude a explicar a correlação pouco qualificada entre a agenda turística e a agenda 21.

Sendo assim, é pertinente que se proponha um turismo intersetorial, que esteja constantemente em contato com a questões econômicas, sociais, culturais e ambientais da sociedade. O fenômeno turístico é mal formado ou deformado quando não se reconhece nas agendas da saúde pública, da infra-estrutura, da fome, do desemprego, da malha rodoviária, do orçamento público, da competitividade empresarial e da solidariedade humana. Para uma articulação que aponte para agendas 21 em destinos turísticos, propõe-se que o turismo passe a ser definitivamente um campo sistêmico de articulações capaz de catalisar qualificando as decisões políticas da sociedade. A falta de planejamento turístico integrado gera crescimento descontrolado, leva à

descaracterização e à perda da originalidade das destinações que motivam o fluxo dos turistas. O economicismo turístico é fruto do empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico que precisa ser compreendido, antes de tudo como um fenômeno humano (SAMPAIO, 2005).

### **Sustentabilidade política e administrativa**

Como já foi citado anteriormente houve uma baixa participação da comunidade nos debates sobre as decisões levantadas na experiência Agenda Blumenau 21. No relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991), são apresentadas dimensões de sustentabilidade, não apenas como recurso didático mas analítico e propositivo. Dentre estas figuram as dimensões de sustentabilidade administrativa e política, não por acaso, mas pelo fato de que efetivamente fazem parte de um conjunto de condicionantes primeiros capazes de determinar o resultado almejado pelos processos de desenvolvimento sustentável, ainda que a maior parte da literatura sobre o tema, não privilegie tal enfoque (MANTOVANELI JR. e SAMPAIO, 2006). E porque condicionantes primeiros? Pelo fato de que, embora o desenvolvimento sustentável traga em seu âmago a busca de requalificação da relação homem-homem, homem-natureza, é preciso admitir que o que se entende por natureza é, antes de tudo um fenômeno socialmente construído (FLORIT, 2005) e não naturalizado. Como tal, as dimensões política e administrativa se apresentam com centralidade como expressivas da ação humana capaz de capturar e projetar os imperativos sociais, consensual ou conflituosamente.

Entende-se por sustentabilidade política a compreensão da capacidade que os sistemas de gestão de políticas possuem, não só de absorver as demandas sócio-ambientais por meio de mecanismos participativos e estratégicos,<sup>5</sup> mas de tensionar politicamente os sistemas em questão para um projeto em bases

sustentabilistas. Por sustentabilidade administrativa entende-se:

“... a capacidade que os sistemas de gestão possuem para se autotransformarem, atualizarem-se, garantirem uma efetiva busca de alternativas a serem implementadas e constantemente monitoradas (SAMPAIO, 2000b), tomando não apenas os resultados das políticas, mas em primeiro lugar os próprios processos administrativos como instâncias vivas de gestão das necessidades sociais e individuais, locais e globais (MANTOVANELI JR., 2000). Por conseguinte, um processo de gestão ganha maior ou menor sustentabilidade administrativa, conforme seja capaz de institucionalizar, avaliar e ajustar os seus processos à luz das demandas efetivas da sociedade ou parcela social que o consubstancia e abriga”. (MANTOVANELLI JR e SAMPAIO, 2006)

A incapacidade da equipe gestora da política em fazer com que a presença de outras instâncias do governo e do próprio prefeito se efetivasse na construção da Agenda Blumenau 21, e isto atrelado à baixa compreensão dos atores presentes e convidados sobre o que consiste uma política de Agenda 21 demonstra a fragilidade da experiência no quesito sustentabilidade política. Talvez reflita um momento, acredita-se que em boa medida em fase de superação, de ingenuidade política e administrativa na gestão do desenvolvimento sustentável do município. Não ingenuidade no entendimento da temática sustentabilista, mas, com certeza das implicações que este debate traz ao se discutir os mecanismos administrativos levariam à implementação de tal projeto.

Ainda que a Fundação Municipal do Meio Ambiente, gestora governamental do processo tenha procurado se mobilizar na tentativa de promover ajustes e afinar a abordagem com as demanda sociais e governamentais, esbarrou em um grande empecilho. Qual seja, o fato do modo como geriram tal política

revelar uma compreensão tecnicista e estática do que seria uma Agenda 21 local,<sup>6</sup> um congelamento dos fatos social, político e administrativo em questão. Em outras palavras, a estratégia poderia ter sido mais bem sucedida caso a opção fosse pelo planejamento do planejamento, ou seja, objetivamente buscarem a construção de uma vontade política favorável ao processo, isto indissociavelmente relacionado ao entendimento sobre em que consiste uma proposta de tal magnitude. Estes limites revelaram enfraquecimento da experiência no que tange à sua sustentabilidade administrativa.

A FAEMA apostou na suposição de que a comunidade local assumia tal demanda, embora não haja registros de pesquisas feitas com a comunidade para saber se isso se confirmava.

A construção de uma Agenda 21 pressupõe sustentabilidade política e administrativa como indicadores de coesão entre órgãos públicos e sociedade civil. Aparentemente este ponto não foi levado em consideração na experiência desenvolvida na cidade de Blumenau. O poder público não compreendeu naquele momento, por exemplo, a importância da intersetorialidade entre suas secretarias para o desenvolvimento de políticas que beneficiassem a sociedade civil. Essa percepção só foi alcançada tempos depois, segundo o presidente da FAEMA,<sup>7</sup> quando se percebeu que ações de uma secretaria de governo influenciaria outras secretarias, e que as discussões entre elas ajudaria na construção do planejamento estratégico do governo. Porém o momento em que esta percepção se faz presente coincide com o final da segunda gestão consecutiva do PT em Blumenau, não havendo mais tempo de colocar em prática as ações de governo de forma intersetorial. Se é que haveria disposição para tanto, e um entendimento por parte do grupo no poder de que as prioridades de governo passam necessariamente pela Agenda 21, já que tal debate nunca foi uma tradição para esquerda no Brasil, e sobretudo, ao que os dados levantados indicam, para o PT em Blumenau.

## CONCLUSÕES

Em toda instância de formulação de políticas as prioridades são determinadas não apenas pelo conjunto de atores presentes e/ou considerados em qualquer processo de tomada de decisão, como pela abordagem escolhida para levar adiante tal processo, pela qualidade do instante de conhecimento da realidade que preside, em tese, a tomada de decisão, e pela capacidade de constituir um arranjo institucional que leve a um desenho capaz de permitir tanto a implementação priorizada como a avaliação qualificada das políticas definidas. Em um horizonte de longo prazo, tendo as gerações presentes e vindouras em questão.

Com as agendas 21 não seria diferente. E aqui é possível se tecer as seguintes observações:

O conjunto de atores que participou das reuniões de formulação da Agenda Blumenau 21 não era suficientemente representativo e engajado para conferir legitimidade às demandas sociais elencadas. Quando as dificuldades se adensaram, a opção por soluções técnicas ou burocráticas assumiram papel importante para a finalização do documento conferindo mais um caráter declaratório e formal, que vivencial, gerando implicações políticas negativas. Isso revela que a abordagem decisória não se ancorou substantivamente nem no potencial instalado, com os sujeitos presentes e muito menos esta revelou-se capaz de ampliar tal potencial, como já fora relatado anteriormente. Por ocasião desta característica, evidentemente que, como em qualquer encaminhamento decisório se fazia presente um mix de conhecimento tácito e explícito no modo de conceber, avaliar e gerir a realidade. Entretanto, a minimização do potencial participativo, como reflexo dos desafios enfrentados, acabou por não colocar frente à frente a percepção tácita e explícita de atores plurais o que minimizou a emergência de estratégias substantivada por novos insights. Prevaleceu ainda um descompasso entre o conhecimento dos técnicos e especialistas e os demais setores sociais (MITZBERG, 1994 E 1987; NONAKA E TAKEUSHI, 2001).

De acordo com os entrevistados, ao fim do processo, após ser publicada a Agenda Blumenau 21 criou-se a Comissão de Acompanhamento e Implementação desta política cujas atribuições seriam empreendidas ao longo dos anos de 2001 e 2002. Alguns setores da sociedade foram chamados para participar da mesma, foram feitas algumas reuniões para observar a implementação, ver as falhas e fomentar seu desenvolvimento.

Segundo José Sommer, a conclusão a que esta Comissão chegou narra que cerca de 50% desses temas já tinham sido implementados. No entanto, acredita-se que este índice de implantação não seja de fato proveniente das discussões e ações previstas na Agenda 21 de Blumenau, mas como fruto da forma de encaminhamento tecnicista que o sistema assumiu. Por exemplo, a situação do transporte público que está contido na Agenda 21, são na verdade decisões para a melhoria do serviço de transporte urbano efetuadas pela equipe do SETERB, sem envolvimento algum com as discussões da Agenda 21. Ou seja, ao se inserir como objetivo da Agenda, uma diretriz ou política agendada como prioritária por outras pastas, certamente se garantia a sua eficácia formal.

Em outras palavras, na verdade o município de Blumenau, mais especificamente a equipe da FAEMA foi profundamente corajosa ao desencadear tal iniciativa, sobretudo pressionados que estavam pela necessidade de apresentarem tal documento. Certamente não foi possível efetuar o necessário investimento no processo e muito menos se discutir a compreensão que os diversos atores, inclusive a própria equipe detinham sobre seu entendimento a respeito da temática da Agenda 21. As entrevistas revelam um progressivo amadurecimento sobre estas questões mas também a necessidade de que, no âmbito das diversas arenas tidas como representativas, inclusive dentro da própria FAEMA, a temática seja objeto de iniciativas formativas.

A experiência blumenauense se caracterizou por ser uma função de técnicos da FAEMA, quando na verdade deveria ser não apenas um plano de ação do governo municipal, com ampla participação da sociedade civil, ao invés de um plano de ação de um setor do governo municipal, sem a participação da sociedade civil e dos demais setores governamentais. Este algo mais é revelado de diversos modos nas diversas entrevistas. O fato do município se assumir formalmente como destinação turística não agregou nenhum diferencial às arenas ou ao processo político de sua elaboração. Não se criou ainda uma cultura de Agenda 21 seja em nível nacional ou subnacional, em destinações turísticas ou não. Com o perdão do neologismo, uma Agenda 21, requer uma Arena 21 e um Processo Político 21. Nem os governos nem a sociedade civil talvez estejam devidamente preparados para as mudanças que um “ser Agenda 21” acarreta. Não se chegou à compreensão de que a Agenda 21, atualmente deve ser considerada mais um “estado de espírito”<sup>8</sup> do que uma lei propriamente dita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA 21 BRASILEIRA – *Resultado da Consulta Nacional* / por Maria do Carmo de Lima Bezerra, Marcia Maria Facchina e Otto Toledo Ribas, Brasília MMA/PNUD, 2002.
- BLUMENAU. *Agenda Blumenau 21*. Blumenau PMB/FAEMA, 2000.
- BORGES, André. *Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. jun. 2003, vol.18, no.52 [citado 02 Agosto 2004], p.125-138. Disponível na World Wide Web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0102-6909.
- BORBA, Julian; SEIBEL, Erni José; LUCHMANN, Ligia Helena H et al. Modelos de desenho institucional em Orçamentos Participativos: as experiências de Santa Catarina. In: *Seminário Nacional: Movimentos Sociais, participação e democracia*, 2004, Florianópolis.
- MAIA, Rousiley C. M. Maia e CASTRO, Maria Ceres P. S. *Conversação cívica e deliberação entre fronteiras: discursos da mídia sobre o fórum social mundial no Brasil*. Contemporânea. [online]. Dez. 2004, vol. 02, no.02 [citado 06 de novembro de 2006], p. 75-111. Disponível na World Wide Web: < <http://www.contemporanea.poscom.ufba.br/pdfdez04/artigo2convers.pdf>>. ISSN 1806-0269.
- CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, OLIVEIRA, José Antonio Puppim (orgs.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade : 2002
- CHAVES, Iara M. O associativismo civil em Blumenau e o meio ambiente – valores ecologistas e riscos ambientais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & CHAVES, Iara M. *Associativismo civil em Santa Catarina: Trajetórias e tendências*. Florianópolis. Insular, 2004
- CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

- CASTELLS, Manuel. *Hacia el estado red? globalizacion economica e instituciones politicas en la era de la información*. Seminario sobre "Sociedad y reforma del estado", Brasília., 1998 [citado 06 de novembro de 2006]. Disponível na World Wide Web: < [http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/CASTELLS.PDF](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/CASTELLS.PDF)>.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1993.
- GRANGE, Joseph. On the way towards foundational ecology. *Soundings* (an interdisciplinary journal) 60(02):135-49, summer, 1977.
- GUTIERREZ, Francisco & PRADO, Cruz . *Ecopedagogia e cidadania planetária*. SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.
- KRAMBECK, Sandy. "Ecodecisão e Conhecimento Organizacional: gestão sustentável em organizações públicas e do terceiro setor: foco em agenda 21. Relatório de Iniciação Científica. Blumenau: PIBIC/CNPq, 2003.
- KRAMBECK, Sandy Rafaela e MANTOVANELLI JR., Oklinger. *Processos de Tomada de Decisão e Sustentabilidade: Um levantamento exploratório sobre experiências que tangenciam a temática da Agenda 21 no Médio Vale do Itajaí*. Anais do I FAIC - FURB. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau: PIBIC /CNPq. Mimeo, 2003.
- MANTOVANELI Jr., Oklinger. *Planejamento estratégico em organizações do terceiro setor: o caso SEBRAE 2000*. Dissertação (Mestrado em Administração). CSE/UFSC, Florianópolis, 1994.
- MANTOVANELI JR., Oklinger. *Políticas públicas, gestão estratégica e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo*. Tese (doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. 2001.

- MANTOVANELLI Jr., O. e SAMPAIO, C.A.C. *Sustentabilidade Política e Administrativa, enquanto argumentos qualificadores do processo político decisório em favor do ecodesenvolvimento*. 30o. Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação (ENANPAD), Salvador, 2006.
- MANTOVANELI JR. O. & SOUZA, M. *Orçamento participativo no Vale do Itajaí - SC: desempenho institucional na experiência do município de Blumenau*. In: BORBA, J. LUCHMANN, L. H. H., SEIBEL, E., ROVER, O., HASS, M. MANTOVANELLI JR, O. *Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa, FAPESC, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- MINTZBERG, H. (1994). The fal and rise of strategic planning. *Harvard Business Review*. January-february.
- \_\_\_\_\_(1987). Crafting strategy. *Harvard Business Review*, January - february.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, I. *Conhecimento organizacional*. Rio de Janeiro. Campus, 2001.
- NOVAES Washington (coord.). *Agenda 21 brasileira :bases para discussão*. Brasília, D.F. : MMA-PNUD, 2000.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce Sampaio. *AGENDA 21: sob um novo enfoque analítico de processos de tomada de decisão*. Trabalho submetido a XXVI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação (ENANPAD), Salvador, 2002.

- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Planejamento, administração e pensamento estratégico. *Revista de Negócios*, Blumenau, v.6, n.1, p.39-48, jan./mar., 2001.
- SAMPAIO, Carlos A. C.. *Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável*. Itajaí: UNIVALI, 2000.
- SAMPAIO, Carlos A. C. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. EDUNISC, 2005.

### *CITAS*

<sup>1</sup> Este estudo foi desenvolvido com recursos de pesquisa disponibilizados pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, no âmbito do Núcleo de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – NPP / PPGDR / FURB.

<sup>2</sup> Entrevista realizada com Julio Refosco, Organizador da Agenda Blumenau 21, no dia 16/06/2004.

<sup>3</sup> Entrevista com Júlio Refosco, um dos atores importantes do processo.

<sup>4</sup> Entrevista realizada com o Dr. Luis Fernando Merico, ex-presidente da FAEMA e organizador do Projeto Agenda Blumenau 21, em fevereiro de 2004.

<sup>5</sup> Idéia que Mantovaneli Jr. (2001) sintetiza sob o conceito de efetividade processual.

<sup>6</sup> As entrevistas revelam uma consciência, hoje presente dos gestores sobre esta problemática.

<sup>7</sup> Entrevista realizada com Jose Sommer, presidente da FAEMA, no dia 19/05/2004.

<sup>8</sup> Entrevista realizada com Lara Maria Chaves, pesquisadora de movimentos sociais. Fevereiro de 2004.